

*Estudos Linguísticos & Aplicados***O JEJUM NACIONAL:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS EFEITOS DE SENTIDO***Samuel Barbosa Silva***Max Silva da Rocha***

RESUMO: Este artigo segue os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso Materialista (ADM), a fim de analisar a propaganda sobre o jejum nacional, que foi disseminado na mídia brasileira por lideranças evangélicas com o aval do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Considerando o discurso midiático como um mecanismo de grande influência social que produz diversos efeitos de sentido, a análise que se propõe objetiva compreender os efeitos de sentido produzidos na proposta do jejum nacional. Assim, apoiamos as discussões em Barbosa Silva (2017, 2021), Florêncio *et al.* (2009), Maldidier (2014), Orlandi (2011, 2012, 2015), Pêcheux (2014, 2015), entre outros. Os sentidos presentes na propaganda do jejum nacional apontam para não apenas informar a necessidade de um rito religioso, mas também apresentam uma posição ideológica dentro das relações de classes, principalmente, em favor de interesses econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Jejum nacional; Propaganda.

Considerações iniciais

Este artigo segue os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso Materialista (ADM), a fim de analisar o discurso sobre o jejum nacional, que foi organizado por lideranças evangélicas com o aval do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Assim, a análise que se propõe neste trabalho é de linha discursiva, pois objetiva compreender os possíveis efeitos de sentido produzidos em uma propaganda sobre a proposta evangélica do jejum nacional.

O nosso estudo filia-se à ADM, inaugurada por Michel Pêcheux. Nessa perspectiva, a ADM ressignifica a compreensão sobre o sujeito e a língua, contemplando a historicidade e a ideologia numa perspectiva materialista de produção dos efeitos de sentido que são materializados e significados na/pela língua. Essa disciplina de entremeio, ancorada no

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor do NEAD na Universidade de Pernambuco (UPE).

** Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente colaborador do curso de Letras/Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL/Palmeira dos Índios).

materialismo histórico e dialético, propõe analisar o discurso enquanto objetividade subjetivada nas relações sociais.

Assim, o discurso é o lugar de materialização da ideologia e esta, por sua vez, encontra na língua o lugar para significação. Sendo o discurso o objeto investigado, alguns dispositivos teórico-analíticos da teoria discursiva serão mobilizados com o objetivo de compreender os possíveis sentidos do objeto em tela: a propaganda organizada por um grupo evangélico sobre o jejum nacional.

Para Pêcheux (1988), o sentido não está na palavra ou no enunciado, pelo contrário, ele está nos efeitos que o discurso proporciona, ou seja, nas posições ideológicas, sociais, históricas e culturais que o sujeito assume ao enunciar. Desse modo, o sentido está entrelaçado ao discurso e este é produzido em um determinado momento histórico, pois responde às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção de sua existência em sociedade.

A propaganda do jejum nacional se inscreve em uma dada memória discursiva, a exemplo da história do povo judaico-cristão, tendo em vista que o atual presidente da República assume uma posição ideológica em seu discurso que atende aos interesses da religião cristã dominante. Assim, por meio do discurso, nos propusemos a compreender como o referido cartaz engendra efeitos de sentido com vistas a interpelar a opinião pública, neste caso, o segmento evangélico brasileiro.

Além das considerações iniciais e finais, este estudo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos uma discussão sobre um breve percurso histórico da ADM e de seu fundador, o filósofo marxista Michel Pêcheux; na segunda, mostramos as características do discurso religioso, destacando, sobretudo, que esse discurso não contempla a ideia de reversibilidade e caracteriza-se por ser um discurso assimétrico e autoritário; na quarta, empreendemos a nossa análise discursiva, através da mobilização de categorias específicas de nosso referencial teórico-metodológico.

Portanto, todas essas etapas foram seguidas, almejando compreender o funcionamento discursivo da propaganda de caráter cristão acerca do jejum nacional e seus possíveis efeitos de sentido formulados no fio do discurso.

Notas sobre Michel Pêcheux e a ADM

A história da ADM é caracterizada por Maldidier (2014) como uma teoria que a princípio teve contribuições do linguista Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux, ambos

tinham a necessidade de criar um projeto político – utilizando o discurso como instrumento – para tentar interpretar questões políticas que estavam sendo veladas.

A França dos anos 60 não estava alheia ao turbilhão dos acontecimentos mundiais da época; pelo contrário, na Europa ocidental era um dos seus centros motrizes. O desfecho da segunda guerra mundial dependeu exclusivamente de dois países não situados na Europa ocidental: Os Estados Unidos e a União Soviética (leste europeu e parte da Ásia). [...] A nova ordem mundial, marcada pela disputa geopolítica de dois modelos econômicos antagônicos –capitalismo x ‘socialismo’ – gerou uma corrida armamentista sem precedentes (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p. 21).

O surgimento da ADM nasce em meio a estes conflitos sociais que atingem também o campo epistemológico no final dos anos 1960, isto é, ocorre “um questionamento dos saberes estabelecidos, dentre eles, o estruturalismo reinante na França na década de 60” (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p. 22). Desse modo, Pêcheux propõe uma nova forma de se analisar o que está sendo dito pelos políticos na França no período do final da década de 1960, “já que, como marxista, não bastava a Pêcheux apenas ‘explicar’ o mundo, mas transformá-lo” (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p. 30-31).

Neste percurso de releitura das teorias linguísticas, Pêcheux observa que a língua possui determinados atravessamentos da exterioridade social, funcionando, assim, para além de um sistema abstrato de signos, “mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (ORLANDI, 2015, p. 13-14). Ademais, Ferreira (2016, p. 25-26) endossa sobre o pensamento de Pêcheux acerca da língua, ao ressaltar:

[...] mas que língua era essa que interessava tanto assim a Pêcheux? Era e não era a língua de Saussure. Por que era? Porque Saussure foi o primeiro a recortar a língua como objeto e não como mero pretexto especulativo para examinar sua história e evolução. [...] E por que não era a língua de Saussure a mesma de Pêcheux? Porque o que Michel Pêcheux sempre projetou foi precisamente superar o corte saussuriano – da língua e fala – e tentar rearticular, sob novos princípios o que havia sido separado.

Todavia, ao fazer o chamado “corte saussureano” no modo de conceituar a língua, tornando sua autonomia questionável, o referido precursor francês da ADM compreende que essa exterioridade – da qual a língua depende – é composta da história enquanto parte do trabalho social geral. Além disso, movido pelas grandes inquietações da época do seu célebre professor Louis Althusser, ao problematizar sobre a relação dialética estabelecida entre a infraestrutura [campo econômico] e a superestrutura [instituições sociais] que compõem a sociedade, começa a fazer, dessa maneira, “uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico” (ORLANDI, 2015, p. 14).

Com isso, Pêcheux recorre às Ciências Sociais para trazer às contribuições do materialismo histórico, de Karl Marx, para às discussões que articulam a língua e a história, a partir da organização do projeto da teoria das ideologias iniciado por Althusser. Entretanto, ao trazer as contribuições da teoria social das ideologias, advinda do materialismo histórico, questiona as Ciências Sociais ao fazer uma releitura, ao afirmar que a história e a sociedade não são independentes, além disso, passa a interrogar a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 2015).

Nessa interlocução entre a língua e o materialismo, Pêcheux (2014) também passa a questionar o papel do indivíduo atribuído também pelo sociologismo e o psicologismo. Um indivíduo autônomo, centrado, independente, etc. Então, a partir das contribuições de Althusser, ele vai romper com as ideias centradas no indivíduo, descentralizando-o e passa a conceber a concepção de sujeito ao dizer que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2015, p. 17).

Somado a isto, “entra a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história” (ORLANDI, 2015, p. 17). O quadro epistemológico da AD passa a ser constituído por três áreas do conhecimento científico, conforme assinalam Pêcheux e Fuchs (1990): o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise.

A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso. [...] A articulação dessas três regiões nos estudos do discurso é que resulta na posição crítica assumida nos anos 60 em relação à noção de leitura, de interpretação, que problematiza a relação do sujeito com o sentido (da língua com a história) (ORLANDI, 2015, p. 18-23).

Pêcheux (2014) compreende que a língua não é transparente, mas opaca, sujeita a equívocos, falhas, interpretações e “percebe que a língua enquanto produto social é fruto das relações sociais de uma determinada forma de sociedade” (BARBOSA SILVA, 2017, p. 29). Pêcheux (2014, p. 91) reconhece que “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe” e funciona como “a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2014, p. 81).

A língua funciona como o lugar da materialização do discurso, “consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 15). Compreende-se, assim, que o discurso funciona como entremeio da língua e da ideologia, e

produz efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2014). Sendo assim, o discurso é o objeto de estudo da ADM.

Ao possibilitar a teoria da ADM, Pêcheux (2014) menciona que o conceito de discurso, nesta perspectiva, não está associado apenas à fala, ao texto, à transmissão de informação, mas possibilita gestos de interpretação a partir dos efeitos de sentido que emergem na língua por/para os sujeitos, isto é, “[...] implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura” (ORLANDI, 2015, p. 25). Enfatiza-se que a língua e os efeitos de sentido são parte de uma ordem sócio-histórico-ideológica, não podendo o sentido de uma dada palavra ser unívoco, ele apresenta-se pluralizado, heterogêneo.

O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser pre-determinada por propriedades da língua (por exemplo, ligações ‘linguísticas’ entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido. (PÊCHEUX, 2014, p. 263, grifos do autor)

Analisar a língua pela via do discurso é saber que não existe um sentido verdadeiro, homogêneo, dicionarizado, mas que está sujeito a ideologia, a história. Com isso, a Análise do Discurso possibilita levantar questões, através dos gestos de interpretação, que coloquem em jogo às posições ideológicas que possibilitam o surgimento de dado discurso e não de outro, por isso, a AD está interessada em como o texto significa discursivamente.

Considerações sobre o discurso religioso cristão

Este artigo toma como esfera discursiva o viés religioso, considerado como uma formação discursiva dotada de elementos ideológicos. No discurso religioso, o enunciador é apenas um porta-voz de um discurso de autoridade, pois a voz de Deus é transmitida por outras vozes que são autorizadas socialmente para falar em nome da divindade, a exemplo do pastor, do padre. “Deus não fala, dado ser uma realidade imaterial quem fala em seu nome não é dono do discurso: o pastor é apenas veículo, porta-voz, no máximo um ‘interpretador’ da palavra do Senhor” (CITELLI, 2002, p. 48).

Um ponto fulcral do discurso religioso é que não há a reversão do processo comunicativo entre os interlocutores, pois aquele que fala é apenas um porta-voz de outro falante. Para Orlandi (2011, p. 243), o discurso religioso é aquele em que “fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer pessoa representante seu – é a voz de Deus”. Consoante a autora, o enunciador religioso é apenas o porta-voz da palavra divina e

ocupa lugar significativo. No entanto, isso faz com que ele se associe ao plano espiritual, forjando um desnivelamento, pois o interlocutor é apenas terreno.

Para a referida autora, a religião se constitui como sendo um domínio privilegiado para que o analista do discurso possa analisar como acontece o funcionamento da ideologia religiosa, bem como os possíveis efeitos de sentido que são atribuídos à Palavra de Deus. Orlandi (2011) destaca que há um desnivelamento assimétrico, pois nas duas ordens de mundo – espiritual e temporal – Deus é o responsável pela dominação do homem. É Deus, por meio da hierarquia, que detém o prestígio, a obediência, a devoção. Por isso, no discurso religioso, é impossível haver uma alternância de papéis comunicativos entre enunciador e interlocutor, visto que os homens não podem, em hipótese alguma, ocupar o lugar que pertence apenas a Deus. Acerca disso, é dito:

[...] o discurso religioso é caracterizado por ser um discurso assimétrico e por criar a ilusão de reversibilidade, pois em nenhum momento os interlocutores trocam papéis comunicativos. Além disso, o orador é apenas um porta-voz de um discurso de autoridade (o divino) contido e/ou embasado em textos bíblicos. Outras características aparecem no discurso religioso como o uso do imperativo e do vocativo, pois se trata de um discurso autoritário; o uso de argumentos para fazer com que o auditório seja persuadido, entre outras especificidades que caracterizam esse tipo de discurso (ROCHA, 2020, p. 52).

Na religião cristã, a Bíblia Sagrada é considerada a Palavra de Deus, haja vista que “no Cristianismo, de modo mais específico, as regras que proporcionam o saber, a verdade e o poder vêm, em grande parte, da palavra de Deus traduzida – acredita-se – na Bíblia e nos documentos da Igreja” (MELO, 2017, p.135). O enunciador é considerado como um suporte físico veiculador do discurso, caracterizando-se apenas por ser um mero porta-voz de discurso de autoridade. Assim, a voz de Deus se concretiza por meio do chefe religioso que é uma pessoa autorizada para manter esse contato.

Conforme Orlandi (2011), no Cristianismo, é delegada à Igreja a função de interpretar os textos sagrados e transmiti-los para a cristandade. Por ser uma instituição privada, ela se encarrega de exercer tal função, restando aos adeptos apenas aceitarem as formas de interpretações utilizadas pela Igreja. Em muitas ocasiões, o recurso textual empregado é a própria Bíblia Sagrada, pois é considerada como sendo a revelação de Deus a todos os homens. O lugar próprio para a pregação da Palavra de Deus é na Igreja ou em outro local público. Essas especificidades revelam uma relação espontânea com as questões sagradas, o que caracteriza o discurso religioso como autoritário, assimétrico, dogmático e, sobremaneira, inquestionável (ORLANDI, 2011).

As direções do discurso religioso cristão comportam duas situações: a primeira caracteriza-se pela importância do plano espiritual, sendo representado pela autoridade de Deus, da Igreja e dos seus representantes; a segunda configura-se pela participação dos adeptos que são integrantes do plano terreno. Essa relação de poder hierárquico (Deus e a Igreja acima dos homens) evidencia que o discurso religioso é um discurso que cria uma ilusão de reversibilidade. Para Orlandi (2011, p. 239), a reversibilidade é “a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso se constitui”.

Consoante Orlandi (2011), a ilusão de reversibilidade, conforme apresenta a referida autora, associa-se a duas direções: a primeira é de cima para baixo, em que Deus partilha com os homens as suas propriedades, como bênçãos, curas, milagres, mandamentos; a segunda, de baixo para cima, pois o homem se alça até Deus, obedecendo aos estatutos, dogmas e mandamentos supostamente concedidos por Deus. A relação entre essas duas instâncias se dá de forma assimétrica, tendo em vista que apenas o enunciador tem o domínio da palavra, enquanto o interlocutor apenas ouve o discurso proferido. A produção e recepção do discurso revelam uma relação assimétrica e isso só se efetiva porque esse poder está fundamentado em uma autoridade eclesial, geralmente um pastor, que é especialista em religião.

A análise discursiva da propaganda

Desde janeiro de 2020 o mundo presencia a crescente proliferação da pandemia biológica - novo coronavírus (COVID- 19) - tornando-se, assim, um grande desafio para humanidade lidar com as diversas consequências socioeconômicas que se articulam à perda de muitas vidas. Registramos que a pandemia social, estruturada pela crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), é anterior à pandemia biológica, no entanto, a convergência de ambas nos possibilita visibilizar a dinâmica do funcionamento da sociedade mediante a realidade vigente.

No Brasil, as relações de trabalho foram alteradas com o surgimento da COVID-19 para seguir as orientações provenientes da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, esta última trata “sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”.

A partir da orientação da OMS e a instrução normativa houve um descontentamento do presidente da República, Jair Bolsonaro, por entender que a economia do país seria prejudicada e que quase toda a população brasileira seria atingida pelo vírus, portanto, segundo

ele, medidas de restrição para evitar a circulação da população para compra/venda no comércio e demais atividades cotidianas que concentrassem aglomeração de pessoas (igrejas, shows, academias, escolas, universidades, etc.) seriam desnecessárias.

Contrariando a postura do presidente da República, boa parte dos governadores e prefeitos das diferentes regiões do país passaram a adotar as medidas recomendadas pelas autoridades científicas e promulgadas na lei. Sendo assim, a organização do trabalho foi dividida em dois grupos: trabalhos essenciais (alimentação, saúde e segurança) e não essenciais. Nessa compreensão, as atividades reconhecidas como não essenciais, a exemplo das religiosas, tiveram que paralisar.

As igrejas, de qualquer religião, tiveram que parar suas atividades presenciais em razão da pandemia e, tal medida, causou descontentamento por parte de muitos líderes religiosos, especialmente os evangélicos fundamentalistas. Frisamos que, desde o período de candidatura à presidência da República, Jair Bolsonaro tem recebido amplo apoio do alto escalão das lideranças evangélicas fundamentalistas no país. Um dos grandes representantes é o pastor Silas Malafaia, presidente da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), que utiliza as redes sociais e programas de rádio/tv para endossar seu apoio ao presidente da República e convocar o máximo de cristãos (evangélicos ou não) para a aderência das iniciativas do governo Bolsonaro.

Esta articulação entre a instrumentalização da religião cristã fundamentalista (com predominância dos evangélicos) e a política representativa, através do atual governo federal, torna-se uma chave importante para atender aos interesses dominantes da estrutura capitalista vigente como forma de controlar os indivíduos em momentos de crise social. Dessa forma, o presidente da República, Jair Bolsonaro, atualizou o decreto 10.292/20, em 26 de Março de 2020, que passou a considerar a abertura dos templos religiosos como atividades essenciais durante a pandemia.

Com a chegada da pandemia (COVID-19), os líderes religiosos cristãos fundamentalistas de vertente evangélica se alinharam ao discurso do governo federal que ignorou/ignora as consequências do vírus na vida das pessoas. O pastor Silas Malafaia foi um dos grandes catalizadores para a manutenção das atividades religiosas presenciais não serem interrompidas e justificou que as atividades espirituais são essenciais para atender as pessoas nessa “pandemia de pânico”.

Nessas condições de produção anteriormente citadas, têm-se a elaboração da materialidade discursiva para a convocação do jejum nacional pelos evangélicos. Para a circulação nas redes sociais desta materialidade, destacamos a ativa participação dos líderes cristãos do

Brasil, especialmente os evangélicos, liderados por nomes como Silas Malafaia. Como mencionado, a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República teve os eleitores evangélicos como um dos fatores determinantes no jogo eleitoral.

Com o encerramento das atividades religiosas na modalidade presencial muitos líderes cristãos, em especial os evangélicos fundamentalistas, sentiram-se “acuados” tanto financeiramente quanto com o novo fenômeno viral (COVID-19) que ainda insiste em circular no mundo. Como forma de protesto aos últimos acontecimentos no mundo e no Brasil o apóstolo Luiz Hermínio, de vertente pentecostal, líder da congregação Missão Evangelística Vinde Amados Meus (MEVAM), na sua pregação de 02 de Abril de 2020, faz um apelo ao presidente da República, governadores e prefeitos do país para que se organizasse um “jejum do arrependimento”.

Entusiasmados com o apelo, um grupo de pastores, amigos do intitulado apóstolo, foram pessoalmente até o presidente da República, em 03 de Abril de 2020, e apelarem para que fosse instituído o “jejum do arrependimento”, e este pedido foi prontamente acatado por Bolsonaro. Nas palavras do presidente: “Para aqueles que têm fé e acreditam, domingo é o dia do jejum”. Eis a seguir o cartaz de convocação para o referido jejum:

Imagem 1: Cartaz de divulgação para o jejum nacional



Fonte: <https://diretodaaldeia.com.br/2020/04/04/pastor-rechaca-jejum-convocado-por-bolsonaro/>

Acesso em 20 mar. 2020.

O analista de discurso, ao se deparar com a materialidade discursiva, desconfia do que está sendo compreendido como óbvio, natural, transparente. No entanto, esta inquietação parte do que é material, isto é, do que se coloca na ordem do dizer e produz significação. Sendo assim, entendemos que o jogo de efeitos de sentido que conduz ao processo de gesto de interpretação inevitavelmente considera a descrição do discurso como ponto de partida para a descorporificação do objeto em análise. Assim, a descrição do objeto já pressupõe ao interlocutor um primeiro gesto de interpretação a partir do que está presente na superfície textual-discursiva.

A descrição permite, na análise da materialidade discursiva, questionar a transparência da linguagem, que supostamente aparece como neutra, e assegura as discussões postas por Michel Pêcheux sobre o sujeito enunciativo ser compreendido na ADM enquanto uma posição-sujeito, isto é, o sujeito do discurso, compreendido na ADM enquanto efeito do simbólico, dividido, interpelado ideologicamente, inscrito na história, em uma memória discursiva. Nesse sentido, “toda descrição está exposta ao equívoco da língua, equívoco segundo o qual todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1988 *apud* ORLANDI, 2012, p. 23).

A materialidade discursiva em estudo é constituída de um jogo de palavras e imagens. As palavras são constituídas por letras garrafais de diferentes tamanhos e com as cores brancas e amarelas, além disso, entre as palavras do anúncio publicitário temos o uso de um versículo da bíblia cristã, que reforça um lugar de autoridade. A citação de um discurso bíblico, que foi extraído do livro II Crônicas, capítulo 7, versículo 14, conforme consta no cartaz, versa sobre a necessidade de buscar o contato com a divindade, para que ela ajude a resolver algum problema que o ser humano não consegue solucionar por si mesmo. Verificamos a presença do argumento de autoridade, neste caso, do discurso bíblico. O uso do argumento de autoridade faz com que as pessoas deem credibilidade ao discurso apresentado. Há, também, o uso de aspas, *hashtag* através do símbolo “#” e a data do referido evento sobre o jejum nacional.

Nesta materialidade, também aparece ao fundo a bandeira do Brasil e, de forma quase invisível, um homem de joelhos com a face ao chão e com uma das mãos estendida e inclinada; há uma imagem mais visível, que é a do presidente da República, este por sua vez, aparece com a faixa presidencial e uma aparência bastante altiva, além disso, na parte superior

desta imagem há um formato de monte com um tom verde escuro que contrasta com as imagens de fundo.

As condições de produção vigentes para a construção desta materialidade textual-discursiva com ênfase na palavra “jejum” nos remetem a uma dada memória discursiva, a qual remete à formação discursiva religiosa cristã. Pêcheux (2015, p. 50) nos diz que esta memória tem a ver com a memória social inscrita nas práticas dos sujeitos e é um espaço “de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”.

A narrativa bíblica judaico-cristã nos diz que o primeiro caso de jejum registrado aconteceu com o líder do povo israelita, Moisés, quando ele esteve no monte Sinai e foi receber as novas tábuas dos dez mandamentos, após ele interceder a Deus pelo pecado do povo de Israel, por ter adorado a outro deus (bezerro de ouro). A história bíblica, narrada no livro de Êxodo nos capítulos 32, 33 e 34, conta que a aliança de Deus com seu povo foi restabelecida mediante o sacrifício da expiação dos seus pecados.

Então, disse o Senhor a Moisés: [...] Prepara-te amanhã, e pela manhã **sobe ao monte Sinai, e apresenta-te a mim ali no cume do monte. Mas ninguém suba contigo, nem apareça homem algum em todo o monte.** O Senhor desceu numa nuvem e, pondo-se ali junto a ele, proclamou o nome Jeová. [...] Então **Moisés se apressou a inclinar-se à terra e adorou,** dizendo: Senhor, se agora tenho achado graça aos teus olhos, **vá o Senhor no meio de nós; porque este é povo de dura cerviz; e perdoa a nossa iniquidade e o nosso pecado,** e toma-nos por tua herança. **Então disse o Senhor: Eis que eu faço um pacto;** farei diante de todo o teu povo maravilhas quais nunca foram feitas em toda a terra, nem dentro de nação alguma; e todo este povo, no meio do qual estás, verá a obra do Senhor; porque coisa terrível é o que faço contigo. [...] E Moisés esteve ali com o Senhor quarenta dias e quarenta noites; **não comeu pão, nem bebeu água, e escreveu nas tábuas as palavras do pacto, os dez mandamentos** (ÊXODO 34: 1-3, 5, 8-10; 28, grifos nossos).

O sujeito do discurso está atravessado pelos esquecimentos (PÊCHEUX, 2015) e, ao discursivizar, esquece que o dito está atravessado por uma memória discursiva em que o já-dito (interdiscurso) é convocado. É um esquecimento necessário no processo de interpelação do sujeito para que haja a produção de outros sentidos possíveis em interlocução com determinados sentidos “que já foram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados” (ORLANDI, 2015, p. 56).

Assim, considerando a aliança política representativa entre o governo federal e a igreja evangélica brasileira fundamentalista, a palavra “jejum” produz uma determinada significação, esta, por sua vez, é deslocada da narrativa bíblica cristã e é ressignificada para a crise econômica-política-sanitária. Por isso, a participação dos líderes evangélicos

fundamentalistas torna-se indispensável politicamente, pois o discurso religioso atravessado no discurso da política institucional contribui para que o funcionamento da ilusão de reversibilidade tenha o efeito necessário para atingir aos fins esperados.

O modo dessa representação confere aos líderes evangélicos (pastores, bispos, apóstolos, etc.) um lugar de autoridade “como se” as vozes deles fossem as vozes de Deus, ou seja, é a relação simbólica que produz significação e legitima o uso de determinado discurso que é regulado predominantemente pelo texto sagrado (Bíblia Cristã). Nessa relação de autoridade, a voz de Deus (representado pelos líderes evangélicos) e a voz dos homens institui uma dissimetria (de cima para baixo ou de baixo para cima) que produz uma hierarquização entre aquele que tem o poder de dizer e aquele que está submisso a este dizer. Dessa forma, a materialidade discursiva foi formulada a partir de uma compreensão bíblica cristã fundamentalista sobre o sentido de “jejum” e circulou nas diversas redes sociais com a anuência dos principais líderes evangélicos do país, que apoiam largamente as decisões do atual presidente brasileiro.

Há uma memória discursiva que regula o dito a partir do já-dito na construção da materialidade textual-discursiva e que se inscreve predominantemente na formação discursiva religiosa e política institucional. Nesse sentido, a participação do presidente da República em convocar a nação para este ato religioso simbólico – o jejum – contribui para amenizar sua imagem política, uma vez que os escândalos de corrupção envolvendo seus filhos e sua esposa – Flávio, Jair Renan e Michelle Bolsonaro – assim como as exonerações do Ministro da Saúde e da Justiça – Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro – no início do governo, comprometeram parcialmente a imagem de Jair Bolsonaro com este grupo de fiéis que também são seus eleitores.

Por isso, afirmamos que nenhum discurso está dissociado de outros discursos em circulação e nem é neutro. Há um jogo de sentidos e efeitos que escapam na ordem do dizer e constituem significação. A materialidade textual-discursiva é uma resposta ao discurso sobre os efeitos da pandemia que afetam o Estado e as suas instituições, a exemplo das igrejas, estas últimas em graus diferentes a depender do lugar de prestígio que ocupam na sociedade brasileira. Mas o que é o jejum na religião cristã? É o ato de se abster totalmente ou parcialmente de comida, bebida e até de relações sexuais por um determinado tempo para atingir dado objetivo.

O jejum foi praticado por Moisés, mas não consta como um dos mandamentos cristãos nem no Velho, nem no Novo Testamentos, no entanto, funciona como uma purificação do corpo para consagração da alma e do espírito, a fim de alcançar algum propósito material

e/ou espiritual. No Novo Testamento, Jesus é o representante máximo e um dos sentidos possíveis para o jejum é no enfrentamento de “batalhas espirituais”.

Depois os discípulos, aproximando-se de Jesus em particular, perguntaram-lhe: Por que não pudemos nós expulsá-lo? Disse-lhes ele: **Por causa da vossa pouca fé**; pois, em verdade vos digo que, **se tiverdes fé** como um grão de mostarda direis a este **monte**: Passa daqui para acolá, e ele há de passar; **e nada vos será impossível**. Mas esta casta de demônios não se expulsa senão à força de oração e **de jejum** (MATEUS 16: 19- 21, grifos nossos).

O jejum está associado à fé, mas não basta crer no que é impossível para se tornar possível, também é preciso estar preparado para enfrentar as adversidades. Moisés e Jesus são expoentes do Velho e do Novo Testamentos e, ao jejuarem, ambos estão em posições de consagração, de purificação, de expiação, seja para redenção dos pecados e/ou para enfrentar os demônios (simbólicos ou não). Essa memória discursiva das narrativas bíblicas é atualizada nesta materialidade textual-discursiva em que jejum e fé convergem para o enfrentamento do grande mal do século 21: a pandemia biológica (COVID-19). No entanto, silencia-se que a pandemia social da crise do capital (anterior à COVID-19) já vem produzindo terríveis consequências para uma grande parcela da população.

Diante da crise econômica-política-sanitária, a religião é instrumentalizada para que as pessoas venham enfrentar esta “batalha” material como uma “batalha espiritual”. O Estado e o seu líder (Jair Bolsonaro) ficam isentos das grandes responsabilidades, pois o pecado do homem sucumbe a ira divina e, para tanto, o homem deve se arrepender dos seus pecados, para que o grande mal assolado pelo coronavírus possa ser expurgado. O jejum – abstenção do corpo/espírito – aliado à fé torna-se o caminho da redenção em que o plano temporal (homem) e o espiritual (Deus) se conectam.

Interpretando-se a fé com referência a assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina. [...] a fé é uma graça *recebida* de Deus pelo homem. A fé remove montanhas. O homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus (ORLANDI, 2011, p. 250).

Os líderes evangélicos fundamentalistas, ao se colocarem como porta-vozes de Deus, instituem o presidente da República – Jair Bolsonaro – como àquele que vai fazer a mediação, através da convocação do jejum, entre o povo (nação brasileira) e Deus. Em 2018, mais de 57 milhões de pessoas elegeram o atual presidente que tinha como *slogan* de campanha eleitoral “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A retórica destes eleitores/fiéis se sustenta na necessidade de se ter um líder de nação “cristão”, assim como Moisés foi para o povo de Israel (ÊXODO 33) ou Jesus de Nazré como o “cabeça” da igreja, conforme escreveu o

apóstolo Paulo (EFÉSIOS 5). A crise do capital tem promovido manifestações de violências, fome, desemprego, além disso, nos últimos anos, os escândalos de corrupção da política representativa têm sido mais expostos, principalmente através do jornalismo brasileiro.

Nesse sentido, a falta de esperança de ordem material na população brasileira tem sido substituída pelo trabalho espiritual, sobretudo, das igrejas cristãs. Ao mesmo tempo, a falta de aproximação de governos progressistas com este segmento religioso, que tem grande quantidade de fiéis (eleitores) que expressam sua fé no cristianismo, contribuiu para que em momentos de crise social as igrejas cristãs, sobretudo as evangélicas, se fizessem presentes nos lares dos brasileiros mais afetados.

No Brasil, a extrema-direita, representada por Bolsonaro, encontra seu lugar de materialização nas igrejas cristãs fundamentalistas, pois ecoam os discursos de esperança, milagre, fé para seus fiéis em meio à impunidade, à corrupção, ao desemprego, etc. e também são espaços que atribuem às desigualdades sociais a falta da “presença de Deus” na vida das pessoas. Portanto, para boa parte destes líderes religiosos, apenas com uma radicalização religiosa cristã será possível a mudança para resolução dos problemas sociais, ou seja, o problema de ordem material só pode ser resolvido por ordem espiritual.

A política representativa da extrema-direita tem em Bolsonaro o perfil político que atende a um discurso de indignação/revolta da população mais afetada pela crise econômica e, sincronicamente, se alinha à política neoliberal que, para atender aos interesses do capital, justifica as diversas formas de violência (simbólicas ou físicas) como “sacrifícios” necessários para a sobrevivência humana. Desse modo, o conservadorismo proveniente da religião cristã fundamentalista é instrumentalizado pela política institucional da extrema-direita, para justificar o discurso das desigualdades sociais e a manutenção das violências, principalmente com os grupos mais marginalizados socialmente (indígenas, mulheres, negros/as, LGBTQIA+, etc.).

A materialidade discursiva é utilizada como propaganda nas igrejas evangélicas, provocando ações e reações nos fiéis no consumo das informações ali contidas e tem por objetivo se aproximar e/ou convencer os fiéis da necessidade de se atender a convocação do jejum nacional. Tal propaganda tem intencionalidades que estão além de atender ao ritual religioso, mas de aproximar os fiéis cristãos (eleitores), neste caso os evangélicos, aos interesses políticos do governo federal de Jair Bolsonaro. Conforme ressalta Rangel (2016, p. 55), a “Propaganda não é arte descomprometida”.

Seguindo a análise, as cores predominantes na materialidade discursiva (verde, amarelo e branco) são respectivamente as mesmas cores que estão na bandeira do Brasil. Além da

religião, o patriotismo também é utilizado no atual governo para forjar a identidade do “cidadão de bem”, então, todas as pessoas que se posicionam contra o fundamentalismo religioso e o falso nacionalismo são lidas como inimigas da fé e da pátria, portanto, devem ser eliminadas (simbolicamente ou não). Com isso, a extrema-direita forja a identidade do brasileiro “anti-corrupto” como: cristão fundamentalista (incluindo o modelo de família monogâmica e heterossexual) e patriota. O uso das cores supracitadas também produz efeitos de sentido, os quais se articulam com um já-dito na formulação da discursividade que se constitui por filiação às redes de memória. As cores também produzem significação, por isso, a materialidade textual se inscreve na ordem da história e da ideologia (discurso), por consequência, não podem ser quaisquer cores na construção da propaganda apresentada precedentemente.

Na ocasião, as cores também contrastam com a bandeira do Brasil, com a faixa presidencial e com o jogo de palavras e símbolos desta propaganda, ratificando o patriotismo advogado pelo governo federal, sendo assim, os sentidos deslizam e produzem efeitos no imaginário dos cristãos evangélicos que se identificam com essa formação discursiva política e religiosa. Conforme mencionado na descrição da propaganda, o formato de monte na parte superior contrasta com a bandeira do Brasil (nação/povo), um homem inclinado com o rosto ao chão e, abaixo, a imagem do presidente da república. De acordo com os versículos bíblicos cristãos citados anteriormente, Moisés e Jesus compreendem o “monte” como um espaço que significa. Para Moisés, tornou-se o lugar em que o homem “purificado” pode ter acesso a Deus; para Jesus, em termos metafóricos, o monte é um desafio a ser enfrentado pelos seres humanos, porém mediante a fé pode ser removido.

Na imagem, tem-se a inclinação do homem em posição inferior ao monte e o surgimento da bandeira do Brasil cobrindo os arredores deste monte. A superioridade do monte na propaganda nos permite compreender a dissimetria entre Deus e o ser humano, mas também enquanto o lugar de desafio do cristão patriota. Neste último caso, nos dias atuais, o desafio se refere às consequências da pandemia social e biológica na vida dos seres humanos e este só pode ser enfrentado mediante a fé para a obtenção do milagre.

As desigualdades sociais são compreendidas como “pecado” da nação mediante a crescente exposição da corrupção política representativa, as diversas violências, a fome, a adesão dos direitos civis da população LGBTQIA+, a possibilidade de as religiões de matriz africana alargarem seus espaços, as mulheres com menos tempo para a administração da família, etc. Nesse sentido, o monte surge como o lugar da expiação em que o “pecado” da população

poderá ser absolvido por meio do “jejum” e, assim, por meio da fé o milagre (cura dos enfermos vítimas da covid-19, empregos, redução das violências, etc.) será alcançado.

É silenciado o descaso do governo federal no que diz respeito às políticas públicas de assistência à saúde, segurança, habitação, saneamento básico, etc. para que a população brasileira, principalmente a mais vulnerável socialmente, possa ter seus direitos resguardados conforme orienta a Constituição Brasileira de 1988. Como citamos em parágrafos anteriores, há uma regularidade no discurso dos cristãos evangélicos fundamentalistas que associa as desigualdades sociais ao “pecado”, desse modo, “silenciar não é o mesmo que calar o interlocutor [mas] para silenciar se diz algo diferente, ou se diz o contrário” (ORLANDI, 2011, p. 264, acréscimo nosso).

Na materialidade analisada, aparece um homem de joelhos com parte do corpo inclinado ao chão que nos remete a um imaginário que produz o efeito de subordinação, obediência, inferioridade, reverência, sujeição a algo e/ou alguém que está em uma hierarquia antagônica a ele. Ao retomarmos a memória discursiva bíblica do primeiro jejum, Moisés, líder do povo israelita, se submete a mesma ação de sujeição ao ter contato com Deus no monte e suplica o perdão divino pelo pecado do povo hebreu (ÊXODO 34).

Todavia, o texto bíblico escolhido para a propaganda do “jejum nacional” trata-se de outras condições de produção que tem a ver com as celebrações de inauguração do Templo erguido pelo Rei Salomão para ser o lugar de adoração entre o povo israelita e Deus. O verso bíblico trata-se de um diálogo de Deus com o Rei Salomão. A propaganda ao trazer este verso bíblico não o faz sem propósito, mas produz efeitos na ordem do discurso entre os interlocutores que estão além das intencionalidades, pois também afirma o lugar discursivo ocupado na interlocução destacada.

A ilusão de reversibilidade continua a produzir efeitos na produção da propaganda, uma vez que “todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro [...] faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir de seu próprio lugar de locutor” (ORLANDI, 2011, p. 26). A materialidade textual-discursiva reforça a dissimetria que deve existir entre aqueles que estão no plano terreno daquele que está no plano espiritual. Ademais, como já mencionamos, todos aqueles que se identificam com o jargão “cidadão de bem” tem o cristianismo fundamentalista e o patriotismo como base da sua identidade. Sendo assim, a convocação do presidente da República – legitimada pelas autoridades religiosas evangélicas – produz o efeito de uma imagem de líder de nação cristã, escolhido através do voto do “cidadão de bem” para liderar a nação corrompida (pecaminosa).

Portanto, essas credenciais lhe conferem uma posição de autoridade também entre seus eleitores cristãos evangélicos. A propaganda é direcionada para determinado auditório social e, quem assim produz e autoriza a sua circulação, prevê o auditório (BAKHTIN, 1979) que recepciona a materialidade textual-discursiva. No entanto, o gesto de interpretação é regulado pelo texto sagrado, pelas imagens que constituem a propaganda, as condições de produção do discurso e o funcionamento da ideologia que operam num jogo entre a memória discursiva, o interdiscurso e o dito.

Na análise, também destacamos a escolha do dia da semana “domingo” como propósito para o jejum, pois para os cristãos pressupõe um dia de oferecer as primícias de suas atividades cotidianas e do seu corpo/alma/espírito no primeiro dia da semana para Deus, além disso, recupera a memória histórica do Dia da Ressurreição de Cristo que foi no domingo. A escolha do dia da semana não é neutra, o dito ou o a-se-dizer tem a ver com um já-dito e produz uma tensão constante na ordem da significação.

A convocação do jejum nacional se deu amplamente pelo espaço das redes sociais por meio do compartilhamento da propaganda, no entanto, há um funcionamento discursivo que também desliza e produz sentidos na construção da propaganda ao fazer o uso da *hashtag* como forma de discursivizar na rede digital. Grigoletto e Galli (2019, p. 4) afirmam que o uso da *hashtag* nas redes sociais “funciona não só como resposta ao modo como a postagem o interpela (‘vamos subir as hashtags no Twitter, Instagram e Facebook pessoal!’), mas, sobretudo, como possibilidade de enlaçamento social”.

Afirmam ainda que ao fazer o uso da *hashtag* “o sujeito-internauta se submete, antes de tudo, a uma estrutura de linguagem, que é o próprio símbolo da cerquilha, que representa um modo singular de inscrição dos sujeitos na rede, como uma forma de reunir discursos sobre um mesmo tema” (GRIGOLETTO; GALLI, 2019, p. 5). Portanto, a propaganda em si, com todos os seus elementos visuais e escritos, não tem o objetivo apenas de informar/comunicar, mas também de tomar uma posição ideológica dentro das relações sociais, pois onde a linguagem se manifesta há a presença da ideologia.

Considerações finais

Os estudos em ADM nos possibilitaram sair de uma compreensão reducionista da língua enquanto um instrumento de comunicação e perfazer outros gestos de interpretação possíveis, através da análise da propaganda, que se sustentam na relação textual-discursiva e produzem efeitos de sentido na interação entre locutores. Em meio às tensões provocadas

pelas distintas compreensões teóricas de alguns conceitos destas diferentes subáreas da produção do saber linguístico, tentamos aproximar a nossa compreensão de texto e discurso que nos permitiram mobilizar conceitos e categorias para a análise.

Assim, analisar a imagem e as emoções envolvidas entre os sujeitos empíricos que se identificam com a convocação para o jejum nacional torna-se imperativa neste primeiro momento de descorporificação da materialidade textual-discursiva. Para tanto, entendemos que, ao aproximar nossas discussões com a ADM, faz-se necessário ler o texto considerando a sua relação com a história e ideologia.

Dessa forma, analisar o funcionamento textual-discursivo requisitou mobilizarmos gestos de interpretação sobre o texto como aquele que comunica e não comunica (PÊCHEUX, 2014), isto é, a língua não é transparente e nem o sujeito discursivo é dono do seu dizer, portanto os sentidos sempre podem ser outros e, ao discursivizar, o sujeito assume uma posição na produção do dizer, neste caso, a propaganda assume uma posição ideológica construída a partir de condições de produção em que a formulação dessa convocação para o jejum nacional é legitimada.

A materialidade textual-discursiva é uma resposta ao discurso sobre os efeitos da pandemia que afetam o Estado e as suas instituições e tais dizeres se inscrevem em determinada memória discursiva das narrativas bíblicas em que jejum e fé convergem para o enfrentamento da pandemia biológica (COVID-19). Dessa forma, o discurso religioso, através da convocação para o jejum e o uso da fé, é instrumentalizado pelas principais lideranças evangélicas no país e pelo presidente da República para eximir da responsabilidade material das políticas públicas de enfrentamento ao novo coronavírus que tem ceifado, principalmente, muitas vidas em condição de vulnerabilidade social no Brasil, além disso, tanto os líderes religiosos quanto o governo federal tentam direcionar a atenção da população apenas para os interesses econômicos do país.

A ilusão de reversibilidade (ORLANDI, 2011), projetada através do discurso religioso, é fundante para que haja adesão de um discurso autoritário com a menor resistência possível entre os interlocutores, nesse sentido, a participação ativa da liderança evangélica é de máxima importância para legitimar o discurso do governo federal e, assim, alcançar a adesão do maior número de fiéis (eleitores) por meio da propaganda.

É na base linguística que os processos discursivos são construídos e produzem (outros) efeitos de sentido que estão além de um sujeito meramente intencional e que deseja comunicar algo, ao contrário, o sujeito é determinado pela história e pela ideologia constitutiva na produção do dizer, portanto, a materialidade textual-discursiva nos propõe analisar que a

formulação desta propaganda é realizada considerando a posição-sujeito da ideologia dominante de nossa época que atende aos interesses do capital e silencia a contradição, materializada no funcionamento da língua, da luta de classes.

Através da análise discursiva advogamos que a propaganda religiosa em si - com os seus elementos visuais e escritos - não tem o objetivo apenas de informar/comunicar um ritual para os fiéis, mas também toma uma posição ideológica dentro das relações sociais em favor dos interesses econômicos da burguesia, dessa forma, o gesto de análise nos possibilita afirmar que onde o texto se manifesta há a presença da ideologia (discurso) na produção dos sentidos.

EL AYUNO NACIONAL: UN ANÁLISIS DEL DISCURSO SOBRE LOS EFECTOS DEL SIGNIFICADO

RESUMEN: Este artículo sigue los principios teóricos y metodológicos del Análisis Discursivo Materialista (ADM) para analizar la propaganda sobre el ayuno nacional, que fue difundida en los medios de comunicación brasileños por líderes evangélicos con el aval del entonces presidente de la República Jair Messias Bolsonaro. Considerando el discurso mediático como un mecanismo de gran influencia social que produce diversos efectos de sentido, el análisis propuesto pretende comprender los efectos de sentido producidos en la propuesta de ayuno nacional. Así, apoyamos las discusiones de Barbosa Silva (2017, 2021), Florêncio et al. (2009), Maldidier (2014), Orlandi (2011, 2012, 2015), Pêcheux (2014, 2015), entre otros. Los significados presentes en la propaganda del ayuno nacional apuntan no sólo a informar de la necesidad de un rito religioso, sino que también presentan una posición ideológica dentro de las relaciones de clase, principalmente, a favor de los intereses económicos.

PALABRAS CLAVE: Discurso; Ayuno Nacional; Propaganda.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 896p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BARBOSA SILVA, Samuel. *A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do capital*. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

BARBOSA SILVA, Samuel. *O discurso sobre a regulamentação do trabalho doméstico assalariado no Brasil: atravessamentos de classe, gênero e raça*. 2021. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura) - Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 9., 2016. Porto Alegre. *Anais...* Caçador, SC, 2016.

FLORENCIO, Ana Maria Gama *et al.* *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.

GRIGOLETTO, Evandra; GALLI, Fernanda. Discursividades online: o processo de (des) identificação pelas hashtags. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. *Anais do IX SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]* – Recife: UFPE, 2019.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni *et al.* (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MELO, Mônica Santos de Souza. Considerações sobre o domínio de prática discursiva religioso. In: MELO, M. S. S. *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pucinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana M. Ser-rani. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In.: ACHARD, Pierre. *et al. Papel da Memória*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

RANGEL, Heder Cleber de Castro. *Nossos comerciais, por favor!*: Uma análise discursiva sobre a linguagem publicitária. Curitiba, PR: CRV, 2016.

ROCHA, Max Silva da. *As práticas argumentativas de oradores religiosos cristãos do agreste alagoano*. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

Recebido em: 31/05/2022.

Aprovado em: 12/02/2023.